

**GÊNERO, SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO FÍSICA: reflexões acerca
do currículo em universidades
federais brasileiras**

**GENDER, SEXUALITY AND PHYSICAL
EDUCATION: reflections about the
curriculum in brazilian federal
universities**

**GÉNERO, SEXUALIDAD Y EDUCIÓN
FÍSICA: reflexiones sobre el currículo
en las universidades federales
brasileñas**

Resumo: Neste estudo, buscamos analisar como as disciplinas que abordam gênero e sexualidade estão organizadas no currículo de cursos de licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais brasileiras, a partir de Projetos Pedagógicos de Cursos. Para tanto, utilizamos de uma investigação do tipo documental, a qual nos permitiu identificar 16 disciplinas. A partir de orientação da análise de conteúdo aplicada às ementas, identificamos três dimensões, criadas a partir de nossas interpretações, quais sejam: dimensões socioculturais e identitárias do corpo; dimensões Político-Pedagógicas; e dimensões Empírico-Investigativas. Como resultado, reconhecemos como as temáticas “gênero” e “sexualidade”, quando pensadas no cenário brasileiro, ainda se materializam timidamente no currículo. Entretanto, as disciplinas identificadas acenam para o propósito de desafiar enquadramentos de gênero e sexualidade na educação física, o que contribui para uma formação atenta às diferenças e à justiça social no campo das práticas corporais.

Palavras-chave: Educação. Corpo. Cultura Física.

Recebido em: 08/02/2022

Aceito em: 05/07/2022

Publicação em: 15/12/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i3.62174

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Gabriella Gonçalves Mendes da Silva

Licenciada em Educação Física Mestranda
em Educação Física pela

Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

E-mail: gabriellagmendes@gmail.com

Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-3033-](https://orcid.org/0000-0002-3033-4461)

[4461](https://orcid.org/0000-0002-3033-4461)

Vitor Hugo Marani

Doutor em Educação Física Professor da
Universidade Federal de

Mato Grosso, Brasil. E-mail:

vitor.marani@ufmt.br

Orcid: [https://orcid.org/0000-0003-0972-](https://orcid.org/0000-0003-0972-5043)

[5043](https://orcid.org/0000-0003-0972-5043)

Como citar este artigo:

SILVA, G. G. M.; MARANI, V. H. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022. ISSN. 1983-1579 DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.62174>.

Abstract: In this study, we seek to analyze how the disciplines that address gender and sexuality are organized in the curriculum of undergraduate courses in Physical Education at Brazilian Federal Universities, based on Pedagogical Course Projects. For that, we used a documentary type investigation, which allowed us to identify 16 disciplines. From the orientation of the content analysis applied to the menus, we identified three dimensions, created from our interpretations, namely: sociocultural and identity dimensions of the body; Political-Pedagogical dimensions; and Empirical-Investigative dimensions. As a result, we recognize how the themes “gender” and “sexuality”, when thought of in the Brazilian scenario, still timidly materialize in the curriculum. However, the disciplines identified point to the purpose of challenging gender and sexuality frameworks in physical education, which contributes to a training attentive to differences and social justice in the field of bodily practices.

Keywords: Education. Body. Physical Culture.

Resumem: En este estudio, buscamos analizar cómo las disciplinas que abordan el género y la sexualidad están organizadas en el currículo de los cursos de graduación en Educación Física en las Universidades Federales de Brasil, a partir de Proyectos de Curso Pedagógico. Para ello, utilizamos una investigación de tipo documental, que nos permitió identificar 16 disciplinas. A partir de la orientación del análisis de contenido aplicado a los menús, identificamos tres dimensiones, creadas a partir de nuestras interpretaciones, a saber: dimensiones socioculturales e identitarias del cuerpo; Dimensiones político-pedagógicas; y las dimensiones Empírico-Investigativa. Como resultado, reconocemos cómo los temas “género” y “sexualidad”, cuando pensados en el escenario brasileño, aún se materializan tímidamente en el currículo. Sin embargo, las disciplinas identificadas apuntan al propósito de desafiar los marcos de género y sexualidad en la educación física, lo que contribuye a una formación atenta a las diferencias y la justicia social en el campo de las prácticas corporales.

Palavras-clave: Educação. Corpo. Cultura Física.

1 INTRODUÇÃO

As relações entre educação física (EF), gênero e sexualidade segundo Goellner (2013), intensificaram-se em meados dos anos de 1970 e 1980, desenvolvendo-se então de forma proporcional e diversa no que diz respeito a temas, problematizações, metodologias, objetos de pesquisa, aportes teóricos, dentre outras formas. Tais discussões atreladas à EF, buscaram muitas vezes, abordar a desnaturalização do corpo, a crítica ao patriarcado e, de modo mais recente, a denúncia à heteronormatividade¹, corroborando, segundo a autora, à constatação de que “os corpos fazem-se femininos e masculinos na cultura, e essas representações, apesar de serem sempre transitórias, marcam nossa pele, nossos gestos, nossos músculos, nossa sensibilidade e nossa movimentação” (GOELLNER, 2013, p. 35).

Entendemos que, embora as discussões de gênero e de sexualidade sejam crescentes na educação física desde a década de 1980, como afirmam Devide *et al.* (2011) e Goellner (2013), tais temáticas ainda são atravessadas por carências quando pensadas sua centralidade em disciplinas no currículo de formação de professores e professoras. Ainda, mesmo quando estão presentes, emergem como opcionais à formação, bem como, de modo desigual, quando pensada sua distribuição nas regiões brasileiras. Entendemos que a ausência de discussões centrais de gênero e de sexualidade no currículo são efeitos de relações de poder que atravessam a educação física e que ainda (re)produzem discursos heteronormativos.

Com as discussões das dimensões identificadas nas disciplinas, nos engajamos aqui com a metáfora do “quadro”, proposta pela filósofa Judith Butler (2015), em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*, para investigarmos como gênero e sexualidade são categorias discursivamente “emolduradas” nos currículos da área. A ideia de “moldura” discutida neste trabalho, está relacionada ao “embelezamento editorial de imagem”, onde esta modifica a interpretação do “quadro” como um todo

¹ Butler (2018) discorre sobre “heteronormatividade” sendo um modelo de normas que são impostas socialmente, que buscam obter um alinhamento entre sexo, gênero e sexualidade. Essa lógica é tida culturalmente como a forma correta de se fazer sujeito em sociedade.

(BUTLER, 2015, p. 23). Então quando trazemos a Educação Física como moldura, buscamos identificar e reconhecer maneiras como “quadros” de gênero e sexualidade se construíram na área, com os entendimentos do que é ser “homem”, “mulher”, “menino”, “menina”, dadas as operações de poder heteronormativas, pois, “a moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos” (BUTLER, 2015, p. 23).

O movimento e a teorização feminista foram cruciais, segundo Goellner (2013), para que o termo gênero fosse considerado uma categoria analítica. As discussões sobre “gênero” passaram a ser pensadas no interior da segunda onda do feminismo, como uma possibilidade de distanciar a referida categoria das questões biológicas que funcionavam como destino dos corpos, e analisando a cultura e a política como fator importante nesse processo em prol do reconhecimento dessas identidades (COLLING, 2018).

Para Devidé *et al.* (2011), as pesquisas na área da Educação Física intensificaram-se após a década de 1980, com a criação de programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (PPG), o que contribuiu para o impulso das questões relativas à gênero no cenário acadêmico brasileiro, somado aos movimentos sociais decorrentes da década de 1970 e 1980 (ver SILVA e OLIVEIRA, 2020). Nesta última citada, houve a tentativa de negar os argumentos do gênero como algo findado ao corpo biológico, o que era usado para justificar a ausência e a recusa de mulheres na área desportiva e na EF (DEVIDÉ *et al.*, 2011). Devidé (2020) destaca os anais no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e revistas com qualis Capes, entre 2001 e 2015, contribuindo para discussões relacionadas a estudos do gênero, com contestações acerca da ordem linear entre sexo-gênero-desejo, para lembrar Butler (2018); criações de periódicos para as temáticas sobre Gênero e Sexualidade; surgimento de Grupos de Trabalho Temático (GTT); pesquisas que utilizam a Teoria Queer; programas de doutorado na área; expansão da publicação de livros na Educação Física brasileira; dentre outros avanços.

Estudos sob as temáticas de gênero e sexualidade na Educação Física veem sendo realizados, a citar Altmann (2013), por exemplo, que abordou a questão da carência de estudos de gênero na formação inicial; Araújo e Devidé (2019) realizaram uma pesquisa sobre “gênero” e “sexualidade”, do tipo documental, nas instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, como a UFRJ, a UFRRJ, a UFF e a UERJ, utilizando das ementas das disciplinas, e concluíram que as discussões ocorriam de forma marginalizada no currículo; e Araújo e Silva (2019) que desenvolveram uma pesquisa que tinha por objetivo compreender as aproximações e os distanciamentos da temática de “gênero” e “sexualidade” no Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em Educação Física da EEFD-UFRJ.

De modo geral, nos engajamos com os escritos de Silva (2017), para discutir como o currículo age como um produtor de identidades, e que acaba por condicionar o desenvolvimento de sujeitos que são “esperados” em uma dada sociedade. Nesse sentido, o currículo como um documento político, está atravessado por relações de poder, daí privilegiar – por meio de seleções de conteúdo – um tipo de conhecimento é uma operação de poder (SILVA, 2017). Visto que o currículo contribui para formações de identidades, nos perguntamos: quais tipos estão sendo criadas dentro das universidades? As vidas que fogem a estas normas estão sendo reconhecidas em alguma disciplina no currículo? Dentre outras questões. Nesse sentido, entendemos a partir das contribuições de Silva (2017), que o currículo é o espaço de seleção de conhecimentos, e essa ação de selecionar não ocorre de forma neutra; é tida a partir de relações de poder que são guiadas para alcançar determinados interesses para o tipo de formação dos sujeitos, o que resulta em produções de identidades e subjetividades.

Devidé (2020) argumenta que tais mudanças nesse quadro poderão ser alteradas quando os/as docentes utilizarem de ferramentas didáticas adequadas, construindo olhares críticos e reflexivos para se formar alunos/as questionadores/as. Com isso, podemos nos perguntar: atualmente, como se encontram as discussões relacionadas à gênero e à sexualidade no processo de formação de professores/as de Educação Física no Brasil? Diante desta problematização, esta pesquisa tem como objetivo analisar como as disciplinas que abordam gênero e sexualidade estão dispostas no currículo da licenciatura em Educação Física em Universidades Federais brasileiras. Com essa investigação, espera-se contribuir para as discussões no meio acadêmico, salientando os impactos que a ausência e/ou a

presença de tais temáticas proporcionam na formação de educadores, que possam reconhecer que todas as vidas possuem o direito de existir, e de fato, viver com iguais oportunidades.

Com isso, demarcamos a necessidade de produção de deslocamentos na moldura “educação física”, (re)orientando a disposição de “quadros” de gênero e sexualidade na área, o que pode servir de plataforma para ampliar normas de reconhecimento social rumo a processos de não-violência (BUTLER, 2019). Com todas as discussões até aqui, e a partir das contribuições de Butler (2019), refletimos acerca das disciplinas como formas de alianças, dadas suas materialidades no currículo como formas plurais e políticas que colaboram para a resistência de noções biológicas de gênero e de sexualidade. A filósofa discute como a precariedade pode gerar alianças, por meio do compartilhamento de condições de vidas postas como descartáveis. Nesse sentido, interpretamos as disciplinas que abarcam as discussões sobre gênero e/ou sexualidade, como formas alianças no currículo, por estarem dispostas pelo território brasileiro, ocupando locais e se fazendo como resistência. São formas de alianças que buscam reverter as “molduras”, ocupando espaços como as salas de aulas, locais que muitas vezes serão porta de entrada nas vidas de estudantes para discussões dessa temática.

2 METODOLOGIA

O trabalho com as diferenças e o exercício da pluralidade, neste estudo, parte de aproximações com os Estudos Culturais Físicos (tradução de *Physical Cultural Studies*), sendo este campo investigativo um desdobramento dos Estudos Culturais britânicos, como um projeto teórico-político engajado com a mudança social. Segundo Silk e Andrews (2011), os Estudos Culturais Físicos partem do pressuposto que as diversas formas culturais físicas só podem ser compreendidas pelo seu envolvimento com e no interior das relações de poder em suas dimensões sociais, econômicas, políticas e tecnológicas (SILK; ANDREWS, 2011). Além disso, a imersão neste campo possibilitou o acesso a diferentes textos que tematizavam o gênero e a sexualidade como foco de análise (THORPE; BARBOUR; BRUCE, 2011; THORPE; MARFELL, 2019; BRUCE; RANKINE; NAIRN, 2017; FRANCOMBE-WEBB; SILK; BUSH, 2017). Desse cenário, fomos nos aproximando dessas categorias à medida que essas leituras produziam reflexões em torno de experiências relatadas pelas autoras feministas, em especial, quando reconheciam os marcadores sociais aos quais pertenciam, onde tiveram seus corpos e suas identidades expostas a julgamentos alheios a partir da cultura física

Este trabalho, do tipo documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015), possui abordagem qualitativa, seguindo pressupostos da abordagem dos Estudos Culturais Físicos, dadas as características de um intelectualismo humanista, constituído em lutas por justiça social, por direitos universais e pela eliminação de desigualdades (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017). Na presente pesquisa, os documentos a serem analisados serão as ementas das disciplinas sobre “gênero” e/ou “sexualidade” que integram o Projeto Pedagógico de curso (PPC) dos cursos de licenciatura em Educação Física ofertados pelas Universidades Federais brasileiras, ofertados de forma presencial. Para tanto, visitamos os portais *online* das Universidades, via sistema e-MEC, entre dezembro de 2020 e março de 2021.

Foram encontradas 51 universidades distribuídas pelo Brasil, incluindo os diferentes campi que ofereciam o curso de licenciatura em Educação Física, sendo: 8 instituições federais na região norte, 14 na região nordeste, 8 na região centro-oeste, 14 na região sudeste e por fim, 7 instituições na região sul. Mapeando os documentos dos PPCs em busca de disciplinas que tivessem em seu nome de identificação termos como “gênero” e/ou “sexualidade”, foram encontradas 4 na região nordeste, 3 na região centro-oeste, 3 na região sudeste, 6 na região sul e 0 na região norte. O foco de busca desta pesquisa, inicialmente, encontrou-se nos planos de ensino das disciplinas, que em decorrência de sua ausência em alguns casos, utilizamos as ementas das mesmas². Organizamos, ao final da busca, um documento em forma de tabela com informações básicas e que mais apareciam nos Projetos

² Verificamos também a “matriz curricular” nos portais, ao encontrarmos casos em que a disciplina estava disponível apenas nesta “guia”. Alguns PPCs e planos de ensino não foram disponibilizados no site, assim, foi necessário estabelecer contato com as coordenações ou professores/as das referentes instituições, solicitando o documento. Algumas dessas tentativas de contato não foram realizadas com sucesso, pois os e-mails não foram respondidos.

Pedagógicos dos cursos sobre as disciplinas, como “nome”, “ementa”, “referência” e “carga horária”, para podermos esquematizar de forma mais adequada tais informações.

Para o procedimento de análise dos dados encontrados, utilizamos a “análise de conteúdo” que, para Bardin (1977, p. 31) trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A autora organiza as etapas em: pré-análise, na qual se prepara o material, organiza os documentos a serem estudados; a exploração do material, que seria a divisão das etapas em codificação (unidade de registro, que trata-se do que será analisado, e unidade de contexto, indicando o contexto em que a unidade de registro se encontra) e categorização (organizações de categorias); e por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que trata-se da inferência, termo utilizado pela estudiosa.

3 MAPEAMENTO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Buscaremos analisar os conteúdos presentes nas ementas das disciplinas encontradas, com intuito de se compreender como as discussões estão sendo realizadas no currículo a partir da observação das frequências em que determinadas palavras se dispõem nos documentos. A primeira tabela a ser discutida (Tabela 1), contém informações como: a região em que as universidades estão localizadas; o nome das instituições; o nome das disciplinas encontradas; e, a carga horária.

Tabela 1 – Caracterização das disciplinas

REGIÃO	UNIVERSIDADES FEDERAIS	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
CENTRO-OESTE	UFMT – ARAGUAIA	Estudos de Gênero e Atividade Física	Optativa 64h
	UFMS – PANTANAL	Gênero, Corpo e Sexualidade na Educação Física escolar	Optativa 34h
	UFGD – GRANDE DOURADOS	Corpo, Saúde e Sexualidade	Optativa 72h
NORDESTE	UFRB – AMARGOSA	Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Física escolar	Optativa 34h
		Gênero, Sexualidade, Relações Étnico Raciais e Educação Física	Obrigatória 64h
		Gênero, sexualidade e Política	Optativa 34h
	UFMA – SÃO LUIS	Educação Física e Gênero	Optativa 60h
SUDESTE	UFV – VIÇOSA SUDESTE	Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação	Optativa 60h
	UFF – NITERÓI SUDESTE	Estudos de Gênero na Educação Física Brasileira	Obrigatória 68h
	UFF – NITERÓI	Introdução aos Estudos de Gênero e Sexualidade	Não consta 60h
SUL	FURG – RIO GRANDE SUL	Gênero e Sexualidade nos espaços educativos	Optativa 30h
	UFSC – FLORIANÓPOLIS	Gênero na Educação Física	Optativa 72h
	UNIPAMPA – URUGUAIANA	Gênero, saúde e sexualidade II	Optativa 30h
	UFPEL - PELOTAS	Corpos, Gêneros e Sexualidades	Obrigatória 45h
	UFSM – SANTA	Gênero, Corpo e Sexualidade na Educação Física	Optativa 30h

	MARIA	Gênero, Sexualidade e Educação: corpos que dançam	Optativa 60h
--	-------	---	-----------------

Fonte: Elaborada pela autoria.

Ao iluminarmos os principais dados obtidos por nossa busca a partir da tabela, destacamos que, dentre as 51 universidades federais que ofertam cursos de licenciatura em Educação Física, apenas 13 destas dispõem de componentes curriculares que tocam às questões de gênero/sexualidade, o que representa 25% da totalidade. No que diz respeito às regiões, os dados apontam que a região Sul possui o maior número de IES que discutem tal temática a partir de disciplinas específicas, seguido da região Centro-Oeste e Sudeste, cada uma com 3 IES e a região Nordeste, contemplando tais disciplinas em 2 IES. Entretanto, destacamos que 2 IES possuem mais de 1 disciplina relacionada à gênero/sexualidade em seus currículos, como é o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Amargosa, e, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A ausência da região Norte nos dados apresentados indica a não oferta de disciplinas específicas ao tema deste estudo no currículo, o que reforça os escritos de Cardoso, Bertoldo e Santos (2020, p. 1744), ao reconhecerem “ grande dificuldade em discutir gênero e diversidade sexual nas [...] universidades e de realização de pesquisas sobre o tema nos programas de pós-graduação”. As pesquisadoras ainda discorrem que tais silenciamentos ocorrem “devido a problemas de incentivos do governo e aos poucos grupos de estudos” (CARDOSO; BERTOLDO; SANTOS, 2020, p. 1744).

Ainda, é possível destacar que, em relação à oferta das disciplinas, constatamos que, do total de 16, 12 são optativas, entre 30 e 72 horas, e, 3 obrigatórias, com a carga horária entre 45 e 68 horas, e, 1 não obtivemos a informação. As disciplinas obrigatórias, aquelas em que os/as discentes devem cursá-las para que possam se formar no curso, estão presentes de forma inferior em comparação às disciplinas optativas. Como é nomeada, há certa “opção” em cursá-las ou não. Isso quer dizer que são oferecidas como forma de ampliar a formação, o que fica a critério dos/das licenciados/as experienciarem tais discussões, onde essas disciplinas teriam que “disputar” o interesse dos/as alunos/as com outras disciplinas optativas que compõem os currículos. Como nos lembra Silva (2017), o currículo é o espaço de seleção de conhecimentos, e essa ação de selecionar não ocorre de forma neutra; é tida a partir de relações de poder que são guiadas para alcançar determinados interesses para o tipo de formação dos sujeitos, o que resulta em produções de identidades e subjetividades. Assim, as características influenciam em grande parte o “número” de discentes que essas disciplinas são capazes de alcançar, logo, que terão experiências em discussões relacionadas a “gênero” e/ou “sexualidade”.

3.1 Materialidades discursivas nas ementas: em foco... gênero e sexualidade

Como forma complementar, para melhor visualização das palavras que se fizeram presentes com maior frequência, utilizamos o site www.wordart.com, para criar uma “nuvem” que representasse essa distribuição, conforme é possível observar na Figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras dispostas nas ementas

formação em educação física, entendemos que a produção dessas dimensões possuem o intuito de agrupar termos que proporcionem o reconhecimento das temáticas que atravessam as disciplinas. Dessa forma, a organização foi feita a fim de tornar didática a produção das discussões, e não de segregar ou discutir separadamente, pois as palavras que compõem cada uma delas se entrelaçam constantemente, e estão interligadas por todas essas dimensões. Dessa dinâmica, serão apresentadas, a seguir, cada dimensão com as palavras responsáveis pela sua produção, bem como as discussões que nos auxiliam a compreender os temas presentes nas ementas das disciplinas das universidades federais brasileiras.

3.1.1 Dimensões socioculturais e identitárias do corpo

O reconhecimento de termos como “corpo”, “cultura”, “social”, “diversidade”, “contexto”, “construção”, “pluralidade”, “identidades corpóreas, de gênero e sexuais”, “identidade de gênero e orientação sexual”, dentre outras, levou-nos à visualização de dimensões socioculturais e identitárias como elementos importantes na abordagem de gênero e sexualidade no currículo da educação física. Para Stuart Hall, a identidade é interpretada como algo que se é negociado, a depender de situações e momentos, pois “não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2006, p. 13). Tem-se, com isso, o corpo compreendido a partir de suas concepções histórico-sociais, a influência que a cultura possui nessa construção, criando contextos onde o corpo, como materialidade, torna-se existente na vida social.

Essas problematizações em direções culturais, segundo o pensamento de Daolio (1995), contribuem para o desenvolvimento de visões não essencialistas do corpo humano, as quais transcendem conhecimentos biológicos, logo, naturais sobre o corpo. Debates nesse sentido foram apresentados na EF em meados da década de 1980, instaurando diferentes direções e inquietudes em relação à compreensão do corpo e dos movimentos, contextualizando e considerando a devida importância das dimensões sociais, filosóficas e históricas na constituição dos seres humanos (MARANI; LIMA; MIRANDA, 2019).

Trabalhos de escritoras feministas problematizam o papel cultural na constituição de corpos, como fez a filósofa Butler (2018), que aborda os investimentos sobre o gênero tomando o corpo como elemento central. Dos escritos da autora, pode-se compreender que o corpo é produzido e atravessado por categorias sociais e culturais, em que atos performativos³ são (re)produzidos, “naturalizam-se” no interior das relações, tendo o corpo como materialidade para que essas relações sejam estabelecidas e marcadas. Nesse sentido, podemos compreender o corpo como um local de disputas, onde o reconhecimento perante a vida e as relações sociais são apreendidas.

As disciplinas sendo pensadas pelos/pelas professores/as sob a vertente da cultura, sendo o termo “gênero” e “sexualidade” constituídos e significativos em meio a sociedade, fornecem compreensões necessárias às/aos discentes para que saibam distinguir a relevância de se estudar o contexto a ser trabalhado, a pensar aulas e discussões que façam sentido para determinados sujeitos, que possuem seus corpos marcados por essas diferentes realidades. Além disso, as questões identitárias, como construções formadas a partir dos sujeitos, são atravessadas por marcadores sociais de diferença, no qual sexo, gênero, classe, nacionalidade, sexualidade, idade, geração, corroboram para a constituição sociocultural e identitária.

Ainda, nas ementas, há presença do termo “estereótipos”, discutidos como “Estereótipos e relações de gênero na cultura na Educação Física: masculinidade e feminilidade na cultura corporal”, “Estereótipos e socialização nas relações de gênero na cultura” (este em duas disciplinas). Isso nos impulsiona a pensar que essas discussões, especialmente no currículo, são capazes de reverter muitas ideias conservadoras formadas historicamente, tendo em vista, como aponta Couto (2011, p. 119) que a escola “configura-se como um dos locais no qual os estereótipos de gênero são criados e fortalecidos”, onde as compreensões sobre “masculinidade” e “feminilidade” são também, desenvolvidas.

3 Esses atos performativos são “fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2018, p. 235)

Hirano (2019) discorre que entre as décadas de 1970 e 1980, com movimentos sociais, que ocorriam em diferentes lugares, por intelectuais homossexuais, negras, brancas, dentre outras, abordavam “a relação entre gênero, raça, orientação sexual e outras categorias, cada qual a seu modo” (HIRANO, 2019, p. 31). Ainda segundo o autor, os movimentos feministas negros influenciaram ativamente para que tais marcadores fossem vistos de maneira interseccionalizada. Assim, diferentes identidades, a citar: identidades indígenas, negras, brancas, sexuais e de gênero, como abordadas nas ementas, compreende-se como fatores importantes a serem discutidos com os/as discentes que irão atuar com pluralidades de pessoas.

Nas ementas analisadas, identificamos discussões que perpassam a construção de identidades, por mais que outras formas de constituição da mesma não foram abordadas, como identidades de pessoas transgênero, pessoas “não binárias”, de corpos com deficiência, entre outras marcações relacionadas à identidade social. Como discorre Neira (2018), complementa a “formação de cidadãos que identifiquem e questionem as relações de poder que historicamente impediram o reconhecimento das diferenças” (NEIRA, 2018, p. 9). Com isso, tais discussões são fundamentais para se pensar identidades, normas, culturas, sociedades, diferenças, tendo em vista as concepções do que é interpretado como “natural” e/ou “não natural”. De modo geral, entendemos que a discussão sobre identidade perpassa, necessariamente, a compreensão de políticas que produzem e, ao mesmo tempo, são produtos desse jogo de relações, daí as disciplinas de gênero e sexualidade acenarem para a política como elemento basilar na universidade.

3.1.2 Dimensões Político-Pedagógicas

Freire (2001), em seu livro “Política e Educação”, inicia uma discussão sobre como os marcadores sociais, citados na dimensão anterior, geram ideologias que ora produzem discriminações, ora resistências. Os termos que caracterizam esta dimensão se referem a esta última citada pelo autor, em uma tentativa de recusar padrões e normas que se constituíram historicamente nas relações sociais. Dado este entendimento, destacamos que duas das universidades do Recôncavo Baiano utilizaram o termo “resistência”, referindo-se ao “projeto sexo – raça – colonizador”, “ao projeto sexo-colonizador” e “Controles e dispositivos do sexo-política e as resistências”. Ambas foram as que utilizaram o termo “resistência” dentre todas as ementas, o que nos indica que tal discussão está sendo realizada de forma escassa em relação às discussões de gênero e sexualidade (ver OLIVEIRA e FARIAS, 2020).

Em relação ao termo “antirracista”, apresentada como “[...] questões entre negros, indígenas e brancos na perspectiva do debate sobre desigualdades e cultura antirracista”, que se faz na disciplina “Gênero, Sexualidade, Relações Étnico Raciais e Educação Física”, Ribeiro (2019) aponta que o racismo se define como um sistema que recusa e oprime direitos, se manifesta não como apenas um ato isolado, mas que se faz na estrutura das relações sociais, debate este que há anos é feito por movimentos negros. O termo “antirracista” foi utilizado uma vez nas ementas, e como sugere Ribeiro (2019), o antirracismo é uma prática urgente, que no cotidiano deve ser exercitado (ver JESUS e AGUIAR, 2020).

Ao analisar tais discussões a partir de contribuições de Butler (2015, p. 45), tem-se que as “formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda”. A partir daí, pode-se compreender que as pessoas que sofrem racismo, violências, opressões, compartilham da condição precária da vida, tanto de forma racial, quanto de gênero e/ou sexualidade. Nesse sentido, visualizamos essa discussão na disciplina como forma de atuação crítica no que diz respeito ao reconhecimento de vidas, problematizando também questões raciais, tão necessárias no nosso país.

Compreendemos que essa dimensão abarca formas de luta e de resistência, de discussões politizadas no currículo, nas universidades, nas salas de aulas, onde corpos invisibilizados e que partilham da condição precária de vida possam ser trazidos à tona. Esses corpos, a pensar contribuições de Butler (2019), podem formar alianças que podem ser as ruas, as praças, os ambientes virtuais, as prisões, entre outros, e neles, são exercitados “[...] um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político [...]” (Butler, 2019, p. 17). A sala de aula

pode ser instaurada como um desses espaços, daí a importância de se discutir questões pedagógicas, de modo a orientar os modos como isso pode se dar no campo escolar e para além dele.

Esta dimensão foi organizada com intuito de reunir os termos que estão relacionados às questões educacionais relativas à gênero e/ou sexualidade, tanto para os ambientes escolares, quanto nas próprias salas nas universidades para com os/as estudantes de licenciatura, a citar: “as interferências na construção de saberes e práticas pedagógicas nos diferentes campos de atuação da área” e “Educação Física e a Pedagogia em suas ações no espaço escolar regulador”. Aqui está demarcado os diferentes espaços onde essas discussões podem ser realizadas.

Ainda em outros momentos, as ementas nos mostram o intuito de realizar a “Análise de suportes didático-pedagógicos para o trabalho com a educação sexual e a investigação e a análise de situações paradigmáticas” e a “reflexão sobre as questões de gênero, identidades sexuais e sexualidades dando ênfase a estas questões em espaços pedagógicos”. Iwamoto, Amorim e Seabra (2020, p. 125) discorrem que esse “processo de ensino-aprendizagem e a intersecção das práticas da cultura corporal com as reflexões sobre gênero e sexualidade devem romper com determinados paradigmas, valores e princípios pessoais”. Os pesquisadores afirmam que é preocupante a parcela de professores/as que não possuem habilidades para tratar dessas discussões, logo, nas ementas analisadas nesta pesquisa, há a tentativa de reverter tais situações (ver CARNEIRO, VIEIRA e ALVES, 2017).

Outro termo utilizado nessa vertente, é a “coeducação”. O termo se apresenta em duas ementas, a primeira como “uso da Coeducação como recurso na Educação Física escolar” e “Educação Física e coeducação”. Jesus e Deive (2006) realizaram uma pesquisa onde buscaram investigar as representações de alunos e alunas sobre as aulas de educação física separadas por sexo e mistas, e constataram que, os alunos e alunas não conseguiam interpretar e analisar as aulas separadas por sexo e mistas; e ainda, que os/as professores/as durante suas aulas, não problematizavam questões de gênero. Nos dias atuais, encontramos tal realidade presente em diversos ambientes escolares, mesmo que tal denúncia já tenha sido realizada anteriormente. Bento (2011), por exemplo, discorreu sobre como a escola pode representar um local de reprodução do que ela chamou de “heteroterrorismo⁴”. No mesmo texto, a autora discute como a escola é responsável pelo processo de ensino-aprendizagem das diferenças, o que a leva a expor depoimentos de pessoas que evadiram da escola de maneira precoce, dado o fato de não suportarem a violência, o descaso, o abandono, o silenciamento. Tais exemplos, como os presentes no texto de Bento (2011), nos mostram a urgência de se desenvolver questões críticas acerca das problemáticas relacionadas à gênero e à sexualidade na escola (ver VIGANO e LAFFIN, 2019)

Ainda sob a perspectiva de pedagogias em instituições de ensino, Goellner (2010) explana em seu trabalho, formas de lidar com a diversidade nas escolas, sendo necessário rejeitar ações que rotulam os sujeitos. A estudiosa trás exemplos como: desnaturalizar piadas homofóbicas que reforçam determinados tipos de masculinos nos meninos; a ênfase dada a aparência corporal; a cobrança acerca da “beleza” exigida para as meninas e mulheres; o incentivo constante para que os meninos expressem masculinidades agressivas e violentas; dentre outros exemplos. Por meio dessas atitudes e formas de pedagogizar, os/as professores/as podem/poderão atuar em prol da diversidade e das diferenças que constituem cada sujeito, contribuindo para que as escolas sejam ambientes integradores, críticos e democráticos (ver LUZ e OLIVEIRA, 2021).

No que diz respeito ao âmbito escolar, Deive (2020) pontua a importância de se trabalhar os estudos de gênero com a comunidade que ali se insere, citando a necessidade de emancipação dessas instituições de ensino como um órgão político, que não sejam reprodutoras das ideologias apontadas pelo Estado. Tais afirmações trazem reflexões sobre o papel que os docentes desempenham, e como podem contribuir para tornar cada vez mais explícitas essas questões, contribuindo para que a escola

4 Este termo remete a reiteração de normas heterossexuais para com as crianças, e estão presentes em “cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (BENTO, 2011, p. 552). Comportamentos esses, por exemplo, que negam que meninos brinquem de bonecas, que “menino não chora”, que dizem “isso é coisa de bicha”, dentre outras falas (BENTO, 2011).

não seja um espaço, como aponta Bento (2011), incapaz de trabalhar com as diferenças e as pluralidades.

3.1.5 Dimensões Empírico-Investigativas

Esta dimensão indica esforços das disciplinas em compreender “gênero” e/ou “sexualidade” a partir dos locais em que se manifestam, por meio de contextos/locais em que tais categorias são experienciadas. Além disso, reconhecemos termos que incitam a produção de pesquisas/investigações em que gênero e sexualidade possam ser examinados, localizados e contestados em diferentes práticas sociais, como na área da saúde, da escola, da universidade, da dança, da mídia, entre outros. Nesta dimensão, a abordagem dos Estudos Culturais Físicos, como mencionada no início desta pesquisa, contribui a refletir como a empiria é fundamental e entrelaçada por relações de poder que cercam os sujeitos, produzindo a possibilidade de transformação social.

Em síntese, tais espaços são materializados como formas de identificar “aprendizagens” em outras ferramentas sociais, que apontam direções para que os/as professores/as saibam apropriar-se desses instrumentos de modo a ensinar/investigar tais temáticas a partir da realidade em que estudantes tem acesso e, por isso, atribuam sentido. Assim, identificamos como tais elementos constituem aquilo que educadores contemporâneos intitulam de “pedagogia pública”. Pensando nessa perspectiva, Rich e Sandlin (2017, p. 549) ao citarem Sandlin, Schultz e Burdick (2010, p. 1, tradução nossa) argumentam que “a pedagogia pública se refere a 'espaços, locais e linguagens de educação e aprendizagem' que ocorrem fora ou além das instituições educacionais formais”.

Como exemplo dessa perspectiva, na disciplina de “Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Física escolar”, é mencionado o seguinte recorte: “Análise do investimento da escola e, de forma menor, de distintas instâncias culturais (tais como a mídia, o cinema, a televisão, por exemplo) na produção das identidades e das diferenças sexuais e de gênero”. Aqui, os elementos eletrônicos, tecnológicos, são compreendidos como influentes no que diz respeito a construção de identidades e diferenças. A mídia possui um papel relevante no quesito “pedagógico” para os/as discentes, pois cada uma dessas histórias são degraus avançados nas discussões que estamos propondo de forma transversal, são maneiras práticas de como as resistências e as subversões ocorrem, e são necessárias.

Ainda na vertente de problematizar temáticas que circundam o cotidiano dos/as discentes, na disciplina de “Introdução aos estudos de Gênero e Sexualidade”, são desenvolvidos temas como “Gravidez, DST e AIDS: abordagens educativas”. Souza, Santos e Silva (2015) realizaram uma pesquisa com docentes do ensino fundamental acerca da capacidade de ambos de lidar com discussões acerca da educação sexual com as crianças, e concluíram que não possuíam domínio didático ou pedagógico para realizarem problematizações e sanarem possíveis dúvidas. Tais temáticas, como acenam as ementas, as quais trabalham esses assuntos nas aulas com universitários, contribuem para que sejam modificadas, gradualmente, essas realidades.

Um termo importante que auxilia na construção de reflexões críticas nos/as acadêmicos/as, é “análise”, o qual foi utilizado sete vezes, com intuito de realizar estudos sobre: “tramas teórico-políticas que constituem as relações étnico-raciais na modernidade”; “Análise de suportes didático-pedagógicos para o trabalho com a educação sexual”. No último recorte, por exemplo, o termo “investigação” utilizado para compor esta categoria, também se faz presente associado a “análise de situações paradigmáticas”; “A interseccionalidade como categoria de análise para os estudos de Gênero”; “Discussão e análise temática”, referindo aos corpos, gêneros e sexualidade. Esse termo transparece a necessidade de se compreender os mecanismos que perpassam cada uma dessas passagens, onde os/as alunos/as podem associar e apreender as complexas relações existentes nas temáticas que envolvem gênero e sexualidade.

Os estudos de gênero e sexualidade contribuem para construção de um currículo que seja coeducativo, democrático, que busque pela equidade em diferentes formas de relações que comecem pelo “questionamento sobre as justificativas que historicamente foram construídas para manter a condição desigual entre homens e mulheres, [...] no encorno das práticas corporais e esportivas”

(GOELLNER, 2013, p. 39). Tais questionamentos podem ser compreendidos como formas de desafiar as molduras reiteradas acerca da Educação Física brasileira, almejando-se a transformação social, daqueles/as que vivenciam diversas experiências em um ambiente que foi construído num formato de exclusão ao que não se encaixa nos padrões normativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi de analisar como as disciplinas que abordam gênero e/ou sexualidade estão organizadas no currículo da licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais brasileiras. Mapeamos 51 universidades nas 5 regiões do país, e encontramos 16 disciplinas, sendo 4 na região nordeste, 3 na região centro-oeste, 3 na região sudeste, 6 na região sul e 0 na região norte. De modo geral, os dados apontam para como as disciplinas estão presentes de forma marginalizada no currículo, ocupando uma pequena porcentagem (25%) em detrimento de todas as universidades federais pesquisadas. Em complemento, após analisarmos as ementas, construímos três categorias que compreendemos abranger e tornar didática as discussões que as disciplinas abordavam. Entendemos que elas representam “dimensões” que percorrem as discussões nas ementas, o que fornece subsídios para a elaboração de propostas e estratégias que possam produzir discussões de gênero e sexualidade na educação física.

A partir do mapeamento de disciplinas que tematizam gênero e sexualidade em cursos de educação física reconhecemos como tais temáticas materializam-se timidamente no currículo, o que aponta para a necessidade de desafiar estruturas dominantes que produzem a educação física como “moldura” e seus enquadramentos sobre o corpo humano e suas distintas expressões. Daí destacarmos outros modos de confrontar normas de gênero e de sexualidade na educação física, a exemplo de projetos de ensino, de pesquisa e/ou de extensão que instaurem denúncias normativas e que contribuam para a constituição de uma educação física comprometida com a defesa e preservação de todas as vidas, resistindo a processos de exclusão social. As disciplinas, pensadas nesse sentido, são materializadas como ferramentas necessárias para realização dessas críticas em nossa sociedade, discussões sobre mulheres e homens no esportes, comunidade Lgbtqia+, corpos de pessoas transgênero, corpos que não se conformam, possibilitam uma noção de ampliação do reconhecimento.

Dentre os limites constantes neste texto, expomos a falta de acesso e dificuldade para alcançar os planos de ensino e as ementas das disciplinas, levando em consideração o momento pandêmico em que ela foi desenvolvida, e ocorrido de forma não presencial; o contato com algumas universidades, sendo estas apenas as federais, o que nos indica também, novas possibilidades de pesquisas em IES estaduais, privadas, educação a distância, dentre outras. Ainda, a pesquisa pode progredir por meio de entrevistas com os/as professores/as e utilizar de outras linhas de pesquisas/pesquisadores, e até mesmo analisar tais discussões em outras disciplinas de maneira indireta.

Longe destas informações e dados serem lidos como verdades absolutas, posicionamos este trabalho como contribuinte para os estudos de gênero e sexualidade nos estudos de currículo, apontando para a necessidade de desafiar estruturas dominantes que produzem a educação física como “moldura” e seus enquadramentos, pois questioná-la, “significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível” (BUTLER, 2015, p. 24). Com isso, interpretar as disciplinas como possíveis alianças no currículo, é compreender que formas de resistências são essenciais para se reverter e questionar molduras historicamente construídas na Educação Física brasileira.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 13, p. 69-82, 2013.

ARAÚJO, Ana Beatriz Carvalho de; DEVIDE, Fabiano Pries. “GÊNERO” E “SEXUALIDADE” NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: uma análise dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior públicas do rio de janeiro. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 25-41, Não é um mês valido! 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/21840/pdf>. Acesso

em: 17 jun. 2021.

ARAÚJO, Gabriela Gomes; SILVA, Andréa Costa da. Gênero e Sexualidade na Licenciatura em Educação Física (EEFD/UFRJ): reflexões a partir do projeto político pedagógico. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 36-59, dez. 2019. Disponível em:

<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/temasemedfisaescolar/article/view/2244>. Acesso em: 17 jun. 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 549-559, ago. 2011.

BRUCE, Toni.; RANKINE, Jenny.; NAIRN, Raymond. Critical discourse analysis. In SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. London and New York: Routledge International Handbooks, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Tradução de: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, Stania Nagila Vasconcelos; VIEIRA, Alessandra Bandeira; ALVES, Mariza Maria. A IDENTIDADE DO PROFESSOR DOCENTE: diferenças nas práticas pedagógicas dos professores licenciados e bachareis no curso de educação física em uma IES em Quixadá-CE. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 527-541, 2017. DOI: 10.15687/rec.v10i3.31010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v10i3.31010>. Acesso em: 7 fev. 2022.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30887>. Acesso em: 02 de nov, 2020.

COUTO, Maria Aparecida Sousa. Masculinidades e Feminilidades: a construção de si no contexto escolar. **Aurora**, Marília, v. 4, n. 1, p. 114-123, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1249>, Acesso em: 23 de julho de 2021.

DAOLIO, Jocimar. Os significados do corpo na cultura e as implicações para a Educação Física. **Movimento** (Esefid/Ufrgs), [S.L.], v. 2, n. 2, p. 24-28, 18 ago. 1995. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.2184>.

D'AMORIM, Maria Alice. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, dez. 1997, n.p. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010. Acesso em: 23 jul. 2021

DEVIDE, Fabiano Pries. et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v.17 n.1 p.93-103, 2011.

DEVIDE, Fabiano Pries. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia queer. In: **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física** [recurso eletrônico]. Natal, RN : EDUFRN, v. 6, p.91-105, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. 152 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FRANCOMBE-WEBB, Jessica; SILK, Michael L.; BUSH, Anthony. Critical corporeal curricula, praxis and change. In SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. London and New York: Routledge International Handbooks, 2017.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 09 de junho de 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], p. 71-83, mar. 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da educação física. In: DORNELES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (org.). **Educação física e gênero: desafios educacionais**. Unijuí: Ijuí: Ed, 2013. Cap. 1. p. 23-43.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Mauricio; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 258.

IWAMOTO, Thiago Camargo; AMORIM, Wanderson Alves; SEABRA, André Luis dos Santos. Docência universitária e a formação de professores de Educação Física: a relação entre conteúdos e gênero. **Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 14, p. 122-142, nov. 2020.

JESUS, Marcelo Siqueira; AGUIAR, Alan Silva. CAMINHO CON(DI)VERGENTE PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS LICENCIATURAS DO CAMPUS JK DA UFVJM. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 849-865, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54715. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54715>. Acesso em: 7 fev. 2022.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones**, Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

LUZ, Diego Ubiratan Bezerra da; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS/NOS COTIDIANOS DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1-13, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57423. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/57423>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MARANI, Vitor Hugo; LIMA, Reginaldo Calado de; MIRANDA, Antonio Carlos Monteiro de. Dimensões da cultura na Educação Física brasileira. In: LARA, Larissa Michelle; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de; MIRANDA, Antonio Carlos Monteiro de (Org.). **Educação Física e Cultura na América Latina**. Maringá: Eduem, 2019.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Contribuições dos Estudos Culturais para o currículo da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 671-685, 2011.

NEIRA, Marcos Garcia. O Currículo Cultural da Educação Física: pressupostos, princípios e orientações didáticas. **Revista E-Curriculum**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 4, 1 abr. 2018. Portal de Revistas PUC SP. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i1p4-28>.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Schwarcz S.A., 2019. 136 p. Disponível em: <http://www.stiueg.org.br/Documentos/7/582.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RICH, Emma; SANDLIN, Jennifer A. Physical cultural studies and public pedagogies. In SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. London and

New York: Routledge International Handbooks, 2017.

SILK, Michael.; ANDREWS, David. L. Toward a Physical Cultural Studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n.1, p. 4-35, 2011.

SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly. Introduction. In: SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly (Ed.). **Routledge Handbook of Physical Cultural Studies**. Londres: Routledge International Handbooks, 2017, p. 1-12.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. CURRÍCULOS, COTIDIANO(S) E INTERSECCIONALIDADE: por um currículo-(r)existência. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 72–83, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n1.50701. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/50701>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SILVA, Leonardo Agostinho da; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. CURRÍCULO, SEXUALIDADE E AÇÃO DOCENTE: desdobramentos discursivos e os sentidos produzidos no contexto escolar . **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 820–833, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54710. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54710>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SILVA, Susana Veleda. Os Estudos de Gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiene; SILVA, Joilson Pereira da. Educação Sexual na Escola: concepções e modalidades didáticas de docentes sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 51-62, jun. 2015.

THORPE, Holly; BARBOUR, Karen.; BRUCE, Toni. “Wandering and Wondering”: Theory and Representation in Feminist Physical Cultural Studies. **Sociology of Sport Journal**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.106-134, 2011.

THORPE, Holly.; MARFELL, Amy. Feminism and the Physical Cultural Studies Assemblage: Revisiting Debates and Imagining New Directions. **Leisure Sciences**, [s.l.], v. 41, n. 1-2, p.17-35, 2019.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. GÊNERO E SEXUALIDADE: concepções e discussões acerca da educação. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 209–222, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.38670. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n1.38670>. Acesso em: 7 fev. 2022.

WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; DORNELLES, Priscila Gomes. Caminhos Teóricos e Políticos do trato com a sexualidade na Educação Física: uma análise inicial das produções na área (2001-2015). In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Org.). **Educação Física e Sexualidade: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí, 2017. p. 160.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).